

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO
BIANCA FREIRE MEDEIROS**

**APRESENTADO POR
MAYARA GONZALEZ DE SÁ LOBATO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, como requisito parcial para a obtenção da graduação em Ciências Sociais

Rio de Janeiro, Dezembro 2009

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MAYARA GONZALEZ DE SÁ LOBATO

**APROXIMAÇÃO, INTERCÂMBIO E ENTENDIMENTO ENTRE
OS SERES HUMANOS? REFLEXÕES SOBRE O MISS BRASIL
GAY COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE DE JUIZ
DE FORA**

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO
BIANCA FREIRE MEDEIROS**

Rio de Janeiro, Dezembro 2009

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**APROXIMAÇÃO, INTERCÂMBIO E ENTENDIMENTO ENTRE
OS SERES HUMANOS? REFLEXÕES SOBRE O MISS BRASIL
GAY COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE DE JUIZ
DE FORA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO POR
MAYARA GONZALEZ DE SÁ LOBATO**

E APROVADO EM:
PELA BANCA EXAMINADORA:

BIANCA FREIRE MEDEIROS
PESQUISADORA DO CPDOC E PROFESSORA DA ESCOLA
SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV

(NOME E TÍTULO DO PROFESSOR DO CURSO)

Agradecimentos

Agradeço à

Letícia Borges Nedel, que primeiramente falou: “Mayara, isso dá uma monografia”.

Maria Celina D’Araújo, com quem estagiei durante muito tempo e que sempre me disse: “Mayara, a gente tem que colocar a cabeça para pensar. Pensar.”

Bianca Freire Medeiros, orientadora, que incentivou nos momentos mais difíceis e desesperadores do trabalho e que sempre me dizia: “Mayara, calma que dá tempo”.

Marcelo do Carmo, um dos organizadores do concurso e que me forneceu sua dissertação, antes mesmo da divulgação da mesma.

Aos colegas de turma, que por diversas vezes tiveram que ouvir sobre o tema da monografia, sempre a incentivando e colaborando.

A todos os professores do curso de Ciências Sociais com quem pude aprender nesses quatro anos.

Aos meus amigos, os principais inspiradores para o trabalho.

Minha mãe Claudia e minha avó Rosalina, psicólogas, orientadoras, financiadoras, amigas, colaboradoras e mães. Sem elas, nenhuma linha seria possível.

A outros membros da família, que sempre apoiaram.

Ao meu namorado, que sempre me disse: “Trabalhe com metas. Você funciona melhor assim”. E que também sempre me apoiou, principalmente quando eu tinha que escrever aos sábados e domingos.

Quando eu estava prá nascer
De vez em quando eu ouvia
Eu ouvia a mãe dizer:
"Ai meu Deus como eu queria
Que essa cabra fosse home
Cabra macho prá danar"
Ah! Mamãe aqui estou eu
Mamãe aqui estou eu
Sou homem com H
E como sou!...

(Ney Matogrosso)

Resumo

O objetivo do presente trabalho é analisar o Concurso Miss Brasil Gay, realizado anualmente na cidade de Juiz de Fora desde o ano de 1976, e que busca eleger a mais bela transformista do país. O foco do trabalho é o fato do evento ter sido tombado como patrimônio imaterial da cidade no ano de 2004, pelo Decreto do Executivo 09275 / 2007 assinado pelo prefeito, Alberto Bejani. Para tanto, irei definir o conceito de patrimônio imaterial, assim como apresentar a trajetória de desenvolvimento desse conceito. Em seguida, apresentarei as principais características do concurso, assim como as justificativas para o seu tombamento. Por fim, correlacionarei a patrimonialização do evento com o atual estado das políticas públicas brasileiras em relação aos indivíduos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Para a coleta de informações foram utilizados documentos tanto nacionais quanto internacionais referentes ao conceito de patrimônio imaterial, assim como sua gestão. Sobre o evento em si utilizei principalmente o seu site na internet, reportagens e a tese de mestrado defendida por um dos seus organizadores.

Palavras-chave: Patrimônio imaterial; Movimento LGBT; Identidade; Diversidade

Índice

Introdução.....	8
Capítulo 1 – O que é patrimônio imaterial?	11
Patrimônio na cidade de Juiz de Fora e a argumentação de Canclini.....	17
Capítulo 2 – O Concurso Miss Brasil Gay	21
Capítulo 3 – O Concurso e a questão LGBT	29
Considerações finais	39
Referências Bibliográficas.....	41
Anexos.....	43
Anexo 1 – Imagens do concurso	43
Anexo 2 – Decreto que patrimonializou o Concurso Miss Brasil Gay	45

Introdução

Quando iniciei meus estudos sobre o programa do governo federal Brasil Sem Homofobia, e conseqüentemente, meus estudos sobre a questão de indivíduos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (LGBT) em geral, eu tinha algumas concepções sobre essa área.

A primeira delas era de que pouco se estudava sobre o assunto, pouca coisa era discutida e algo tinha que ser feito para mudar isso. Acredito que esse pensamento surgido logo no início foi o mais ingênuo que eu poderia ter elaborado. Depois de um ano dedicado a essa área de estudos tive que começar a delimitar meus objetos, visto que compreendi que não conseguiria abarcar toda a produção bibliográfica sobre o tema. De fato, têm-se muitos estudos produzidos, congressos, grupos de trabalho, intelectuais e diversos setores da academia também preocupados com a questão que me afligia.

Outra elaboração conceitual minha - e que também foi derrubada - era de que nunca poderia escrever algo que envolvesse a questão LGBT e ao mesmo tempo o campo de estudos de patrimônio. Incentivada pela cadeira de Patrimônio Histórico e Cultural descobri a existência do Concurso Miss Brasil Gay e principalmente o fato de que ele era um bem tombado pela prefeitura de Juiz de Fora.

Derrubadas minhas suposições iniciais e ingênuas sobre o campo, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso na mesma linha. Como resultado, apresento: *Aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos? Reflexões sobre o Miss Brasil Gay como patrimônio imaterial da cidade de Juiz de Fora.*

Grande parte da logística desse trabalho também foi alterada com o tempo, assim como minhas formulações. O primeiro grande entrave se originou devido a motivos de saúde pública. O Concurso estava marcado para acontecer no dia 15 de agosto de 2009, um dos meses em que ocorreu o pico de gripe suína (Influenza A – H1N1) no Brasil. Preocupando-se com o fato de que haveria grande aglomeração de pessoas em lugares fechados, assim como presença de muitos turistas, as autoridades de saúde de Juiz de Fora recomendaram que o evento, assim como outros que ocorreriam na cidade, fosse adiado.¹

¹ Disponível em: http://www.acesa.com/zonapink/arquivo/2009/08/05-miss_cancelado/ Acesso em 22 de setembro de 2009

De fato, o evento foi adiado para o dia 14 de novembro, três meses após a data original e às vésperas do prazo de entrega do trabalho de conclusão de curso. Assim, o trabalho de campo que iria realizar no evento, assim como as entrevistas que já havia marcado, teve que ser postergados para estudos futuros.

Outro grande problema encontrado foi o contato com as participantes do concurso. Como a organização disponibiliza em sua página na internet os nomes das candidatas em suas “versões” masculinas e femininas², decidi procurá-las através da página de relacionamentos Orkut, acreditando que muitas delas teriam um perfil, onde eu pudesse entrar em contato, assim como obter informações sobre os seus trabalhos.

Encontrando o perfil da candidata e entrando em contato com ela o trabalho não estava concluído. A possibilidade de marcar uma entrevista pessoal era extremamente complicada, visto que elas estavam dispersas pelos diversos estados do país. A solução encontrada foi a conversa virtual através de programas de mensagem instantânea. No entanto, poucas informações puderam ser obtidas. A maioria das candidatas - mesmo fornecendo seus endereços de e-mail - não respondeu às mensagens que enviei.

Nesse sentido, o presente trabalho limitou-se a uma discussão bibliográfica sobre o conceito de patrimônio imaterial, assim como uma descrição do que é o concurso e de como ele está relacionado com outras questões tão caras ao movimento LGBT como um todo.

Para conceituar patrimônio imaterial utilizei os trabalhos de Sandra Pelegrini, Pedro Paulo Funari, Lucia Lippi de Oliveira, Nestor Canclini e Gilberto Velho. Encontro-me convicta de que muitos autores importantes desse campo de estudo, assim como suas formulações e discussões sobre políticas patrimoniais, foram deixados de lado. No entanto, também me encontro certa de que não poderia açambarcar toda a produção e recortes tiveram que ser feitos. Embasando essas políticas tanto em nível internacional quanto nacional utilizei documentação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), assim como do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Sobre o Concurso Miss Brasil Gay em si utilizei principalmente reportagens veiculadas na internet, o site próprio do evento, e a tese de mestrado de Marcelo do

² A formulação por parte do evento da existência de uma “versão” masculina e feminina apresenta-se como uma intrigante questão pronta para ser discutida. A atenção maior para este fato me foi colocada a partir do Grupo de Trabalho 19, Perspectivas Antropológicas Sobre Sexualidades, Saúde e Justiça, da VIII Reunião de Antropologia do Mercosul (VIII RAM), de 2009, a quem sou muito grata pelas colaborações.

Carmo Rodrigues, um dos organizadores do concurso que o analisou segundo os instrumentais da comunicação social. O campo e a observação participante do concurso podem e devem nos fornecer maiores detalhes, porém, o material que será coletado poderá apenas ser utilizado em trabalhos futuros.

A discussão sobre o percurso do movimento LGBT no Brasil, assim como o estado atual das políticas públicas realizadas neste trabalho, começou a ser elaborada a partir do trabalho “Brasil Sem Homofobia: análise de política pública voltada para a comunidade GLBTT”, realizado em parceria com Ana Beatriz Medeiros. Na época da escrita deste artigo, gentilmente James Green nos concedeu uma entrevista que nos auxiliou a esclarecer diversas questões sobre este movimento e também sobre a atuação do Estado brasileiro.

Capítulo 1 – O que é patrimônio imaterial?

Neste capítulo irei apresentar o conceito de patrimônio imaterial, além de uma análise sobre as convenções e tratados estabelecidos tanto a nível internacional quanto nacional sobre a salvaguarda do patrimônio. Irei focar também na evolução do conceito, que com o tempo ganhou maior abrangência. Destacarei também como ele contempla a diversidade cultural existente e como uma mudança na concepção de patrimônio pode estar atrelada aos trabalhos da Escola dos Annales. Desenvolverei também uma breve análise sobre o histórico institucional da salvaguarda patrimonial no Brasil e finalizarei apresentando as idéias propostas por Nestor Canclini.

Entre os dias 29 de setembro e 17 de outubro de 2003 foi realizada em Paris a 32ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Como um dos resultados desta Conferência teve-se promulgada a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.³

Em seu preâmbulo, a Convenção considera necessário proteger o patrimônio cultural imaterial, na medida em que os processos de globalização e transformações sociais propiciam não apenas diálogos entre diferentes comunidades, mas também a degradação, deterioração e intolerância a determinados patrimônios. Nesse sentido, reconhece a inexistência de um mecanismo unilateral capaz de proteger o patrimônio e também do alcance das medidas da UNESCO, como por exemplo, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972⁴.

Um dos pontos de destaque da Convenção de 2003 é a consideração da UNESCO acerca de uma importante função do patrimônio cultural imaterial, sendo ele um fator “de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos”⁵, frase que também dá título ao presente trabalho. É nesse aspecto que irei focar adiante.

Para compreendermos o que essa importante instituição global como a UNESCO pretende defender – e acredita que deve ser protegido – vejamos qual definição ela dá para o conceito de patrimônio cultural imaterial:

³ A presente Convenção pode ser acessada em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan> . Acesso em 8 de setembro de 2009.

⁴ Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> Acesso em 11 de setembro de 2009

⁵ Página 4 da Convenção acima citada.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O que mais se destaca do trecho acima é a função do patrimônio imaterial como gerador de um sentimento de identidade e durabilidade no tempo, assim como do respeito à diversidade cultural. Esses elementos serão fundamentais para se compreender a função da patrimonialização do Concurso Miss Brasil Gay em Juiz de Fora, que será vista mais adiante.

Analisando também este documento, Sandra Pelegrini e Pedro Paulo Funari destacam que:

(...) O patrimônio imaterial transmitido de geração a geração é conceituado a partir da perspectiva da alteridade. Ele é considerado alvo de constantes “recriações” decorrentes das mutações entre as comunidades e os grupos que convivem num dado espaço social, do meio ambiente, das interações com a natureza e da própria história dessas populações – aspectos fundamentais para o enraizamento ou o sentido de pertença que favorece “o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.⁶

Um dos pontos mais importantes a serem destacados é justamente o sentimento de identidade que o patrimônio imaterial pode gerar. Indivíduos passam a se reconhecer como membros de um grupo através de símbolos, objetos, datas comemorativas, celebrações e etc. Ao se definir uma representação, expressão, conhecimento ou técnica como um patrimônio de um determinado grupo, garante-se não apenas uma maior atuação do Estado no que diz respeito ao incentivo a políticas públicas para a salvaguarda do bem, como também um maior sentimento de unidade e coesão ao grupo. Esse é o argumento estatal para a defesa do tombamento de determinados bens.

Não se pode esquecer também da vulnerabilidade representada pelo patrimônio imaterial, uma vez que a manutenção do mesmo está vinculada à permanência dos atores que o reproduzem e/ou transmissão às novas gerações. Se alguma expressão artística, modo de fazer ou algum saber não passa por um processo de transmissão, seu fim está datado para um futuro próximo.

A perda de um patrimônio imaterial pode acarretar em cicatrizes profundas para a cultura de um determinado grupo indígena ou minoria étnica, e outros grupos sociais.

⁶ FUNARI e SANDRA, 2008, pág 47.

Essa perda se origina no fato de que a cultura é compreendida não apenas através de monumentos, sítios e paisagens: a língua de um determinado povo também é essencial para o reforço dos seus laços culturais. Os efeitos do desaparecimento ou degradação de um patrimônio já foram apontados pela UNESCO em 1972: “constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo”⁷.

Para evitar esse desaparecimento, a UNESCO recomenda não apenas que sejam montados arquivos, gravações e registros do fenômeno cultural. Ela reconhece que uma das principais formas de se preservar o bem intangível é permitir que os seus atores reprodutores possam continuar produzindo e transmitindo. Nesse sentido, recomenda aos países membros que criem um sistema de identificação desses atores.

A diversidade cultural já havia sido apontada por Franz Boas, que inaugura uma nova concepção de cultura mostrando que ela deveria ser compreendida no plural “culturas” e não mais “a” cultura, como defendiam os autores vinculados às correntes evolucionistas da época. Essa diversidade é amplamente reconhecida pelos agentes do patrimônio, que buscam contemplar diferentes manifestações de diferentes grupos nos processos de tombamento. Segundo Boas, na Conferência *Raça e Progresso*, em 1931:

Uma característica fundamental de todas as populações é que os indivíduos diferem entre si, e um estudo mais detalhado mostra que isso é válido tanto para os animais quanto para os homens.⁸

Passados 55 anos, Gilberto Velho irá reforçar essa heterogeneidade social ao afirmar que:

A complexidade e a heterogeneidade da sociedade moderna contemporânea tem como uma de suas características principais, justamente, a existência e a percepção de diferentes visões de mundo e estilos de vida.⁹

Dois anos depois da declaração desta Convenção, já na 33ª reunião da UNESCO, também realizada em Paris, entre os dias 3 e 21 de outubro de 2005, foi aprovada a Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais¹⁰. A organização considerou como expressão cultural o resultado da criatividade dos indivíduos e grupos das diferentes sociedades que possuem conteúdo

⁷ Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> Acesso em 11 de setembro de 2009.

⁸ CASTRO, 2005, pág 69.

⁹ VELHO, 2003, pág 97.

¹⁰ Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224POR.pdf> . Acesso em 08 de setembro de 2009.

cultural. A pluralidade das identidades possibilita a configuração de diversas expressões culturais, sendo a cultura um importante fator de coesão social.

Nesse sentido, aponto para como a UNESCO¹¹ ao longo do tempo tem atentado para os riscos de deterioração e de perda de manifestações culturais, como é o caso do patrimônio imaterial, principalmente quando se trata de comunidades pequenas, isoladas ou com pouca força política e/ou social. Acreditamos que todos estes documentos de ordem internacional sejam grandes influências para que o Brasil, ao ratificá-los, também formule os seus próprios, adequando as recomendações da UNESCO e de outros organismos à realidade brasileira.

No Brasil, a regulamentação acerca dos patrimônios imateriais inaugura-se com a Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, que em seu artigo 216 define o que deve ser considerado como patrimônio nacional:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.¹²

Outro passo dado na legislação brasileira sobre patrimônio é o Decreto N° 3.551¹³, de 4 de agosto de 2000, onde se cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial¹⁴ e se institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial. Esse registro, segundo o decreto, passa a ser feito através de Quatro Livros, a saber: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Fontes de Expressão, Livro de Registro de Lugares. O registro concede ao bem tombado uma titulação a partir da qual ele poderá receber maiores incentivos, além de ser o instrumento legal de reconhecimento e valorização.

Esse mesmo decreto nos traz uma informação essencial para os fins do presente trabalho, seja a definição do que seja “formas de expressão”. Para os agentes governamentais envolvidos na elaboração do Programa, principalmente o Instituto do

¹¹ Outros documentos da organização podem ser acessados em sua *homepage*: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=29008&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em 8 de setembro de 2009

¹² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 8 de setembro de 2009

¹³ Publicado no Diário Oficial da União em 07/08/2000 - Pág.02- Seção 1

¹⁴ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DE17CF9610E3001C4DAB5248D8129106?id=201> Acesso em 9 de setembro de 2009

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, as formas de expressão podem ser definidas como sendo: “(...) formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, traduzidas em manifestações musicais, cênicas, plásticas, lúdicas ou literárias.”¹⁵

Dentre os quatro tipos de patrimônio imaterial considerados pelo programa, pode-se dizer que o Concurso Miss Brasil Gay se insere em formas de expressão. Os argumentos para tal classificação serão apresentados mais adiante, quando discutirei o formato do evento.

A despeito da nova face do patrimônio, seja a do patrimônio imaterial, a política patrimonial brasileira tem ganhado destaque desde os anos 30, com a criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais, por iniciativa de Gustavo Barroso. Em 1937, tem-se a criação do Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com o projeto final de Rodrigo Melo Franco de Andrade, criando o órgão atrelado ao Ministério da Educação, com grande influência do movimento modernista da época.

Caberia ao Sphan defender bens de “excepcional valor”, os quais eram definidos pelos seus funcionários. Hoje se denomina IPHAN - como já mencionamos anteriormente - e está atrelado não mais ao Ministério da Educação, mas sim ao Ministério da Cultura. Se antes se detinha principalmente em obras de arte consideradas erudita, hoje as expressões populares ganharam espaço. Se o foco anterior eram as expressões materiais, hoje se pode dizer que a imaterialidade ganha visibilidade.

Como salientou Lúcia Lippi:

Bens intangíveis seriam aqueles que precisam ser atualizados, que dependem de sujeitos capazes de atuar segundo códigos. Ou seja, estariam mais próximos da idéia de performance. Ao se falar de patrimônio cultural imaterial está se falando de bens culturais “vivos”, de processos cuja existência depende de indivíduos, grupos ou comunidades que são seus portadores.¹⁶

O primeiro artigo do decreto de criação do Sphan estabelece a definição do que constitui o patrimônio do país:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.¹⁷

¹⁵ Página 3 do Programa.

¹⁶ OLIVEIRA, 2008, pág 133.

¹⁷ Disponível em: http://br.geocities.com/alexfig1971/lei_iphan01.htm Acesso em 10 de setembro de 2009

Percebe-se pela definição do que constitui patrimônio para o país da década de 30 que a vinculação a “fatos memoráveis da história do Brasil” poderia ser um dos indicadores para o tombamento. O que se pode extrapolar a partir das mudanças na concepção de patrimônio é que essa transformação pode estar profundamente vinculada a uma influência da Escola dos Annales¹⁸.

O economista François Simiand havia destacado que se deveriam combater três tipos de ídolos da historiografia tradicional: o primeiro o ídolo político, ou seja, uma extrema importância que se dava a fatos e eventos políticos, guerras e etc.; segundo, o ídolo individual, seja a história dos grandes homens e nomes; e, por fim, o ídolo cronológico, a preocupação em se analisar em demasia as origens.

O que os historiadores dessa escola trazem de novo para a historiografia, como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel é uma “história sem nomes”, não mais preocupada com os grandes feitos dos grandes políticos, militares, diplomatas e etc. Busca-se compreender e analisar – com o auxílio da geografia, sociologia, antropologia, economia e outras disciplinas – não mais os grandes eventos, mas o cotidiano, a arte, a psicologia social dos grupos.

Acreditamos que a transformação na concepção de patrimônio vinculado aos grandes fatos da história do Brasil para um patrimônio que pudesse representar a identidade e compor essa mesma identidade dos diversos grupos sociais existentes possa ter sido influenciada por uma transformação ocorrida na historiografia, que se inicia na França, mas que ganha corpo mundialmente.

O foco do presente trabalho não é traçar um histórico das políticas patrimoniais brasileiras, nem tampouco das suas possíveis influências e transformações ao longo do tempo. O que objetivo neste capítulo é apontar – mesmo que brevemente - que um novo tipo de patrimônio ganhou expressão não apenas internacionalmente, mas também em solo brasileiro.

Não sem conflitos é estabelecida a política patrimonial de um país; sabe-se que o que é patrimônio para uns, pode não ser patrimônio para outros. As divergências sociais existentes entre os diversos grupos se manifestam também no que diz respeito a legitimar ou não determinado bens culturais. Gilberto Velho, em *Patrimônio*,

¹⁸ Ver BURKE, 1997.

*Negociação e Conflito*¹⁹, destacou que o tombamento de um bem pode chegar a se configurar como um verdadeiro drama social, como elaborado por Victor Turner.

A seleção de quais bens devem ser tombados, por sua vez, precisa estar integrada à identidade da comunidade na qual o bem está inserido. Pode-se dizer que o bem, ou saber, ou manifestação, deve ser relevante na trajetória daquela comunidade. A participação de especialistas como sociólogos, historiadores, antropólogos e entre tantos outros é fundamental para se auxiliar no processo de identificação desses bens.

Deve-se destacar também que a patrimonialização em si não é apenas reflexo da identidade de determinadas comunidades. Pode-se também dizer que tornar um bem patrimônio é interferir nesta mesma comunidade, nas relações que são travadas entre os seus membros. Assim, as ações do grupo fornecem material para a elaboração de bens que serão patrimonializados, e essa mesma patrimonialização estará intervindo na vida social do grupo.

O mesmo movimento pode ser percebido para a memória: a memória individual fornece material para a constituição de uma memória coletiva, a qual não deixará de influenciar na constituição da primeira. Halbwachs²⁰ apontou para este fenômeno de formação e imbricação de memórias.

Patrimônio na cidade de Juiz de Fora e a argumentação de Canclini

Em Juiz de Fora, tem-se a Lei N.º 10.777 – de 15 de julho de 2004²¹, de autoria do executivo que dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Juiz de Fora. Uma das iniciativas da lei é a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – COMPPAC, órgão vinculado à FUNALFA (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage), que por sua vez está ligada à Secretaria de Política Social. O objetivo principal do COMPPAC é:

Proteger o patrimônio cultural da cidade em que integrem bens móveis e imóveis, públicos ou privados, existentes em seu território para a proteção do poder público pelo seu valor cultural, histórico, etnográfico, paleográfico bibliográfico, artístico, arquitetônico paisagístico ou ambiental.²²

¹⁹ VELHO, 2006.

²⁰ HALBWACHS, 2004.

²¹ Disponível em: http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024593 Acesso em 10 de setembro de 2009

²² Disponível em: http://www.funalfa.pjf.mg.gov.br/conselhos/patrimonio_cultural/conheca.php Acesso em 10 de setembro de 2009

Além do Miss Brasil Gay, a cidade apresenta outros bens imateriais tombados, como por exemplo, O Apito do Meio-Dia, a Banda Daki e o Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva.²³ O argumento comum a todos esses três tombamentos é o valor histórico cultural que os bens possuem. Interessante notar que no site onde se tem a lista de bens tombados o Concurso não consta, apesar dos quase dois anos de assinatura de seu decreto de tombamento. Outro ponto de destaque também é que na definição dos objetivos do COMPACC não encontramos o termo “bem imaterial” como alvo de proteção.

Utilizarei as idéias propostas por Canclini para compreender melhor a expansão do conceito de patrimônio e também como este pode ser utilizado para reforçar desigualdades existentes na sociedade. Segundo o autor:

Afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso -, mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais.²⁴

A proposta do autor é compreender o patrimônio não apenas como algo voltado para o passado, as chamadas “expressões mortas”, mas também manifestações culturais que estejam ocorrendo no presente. O “Concurso Miss Brasil Gay”, portanto, se insere nessa nova concepção de patrimônio invisível que acontece nos dias atuais e que deve ser transmitido para as futuras gerações, devendo ser, nesse sentido, preservado.

Uma das questões teóricas propostas pelo autor se refere à idéia do binômio patrimônio/ desigualdade. Para Canclini, a cultura deve ser compreendida neste fim de século como meio de distinção social, sendo, portanto, o patrimônio um recurso para reprodução da desigualdade. Neste aspecto o autor se aproxima de Pierre Bourdieu que desenvolveu os conceitos de capital social e cultural e mostrou como eles podem ser utilizados no processo de distinção social entre os indivíduos. Patrimônio não deixa de ser, portanto, uma das formas de se exercer seja poder político, social ou simbólico.

Outra questão teórica é referente aos usos do patrimônio. Neste ponto em específico, o autor amplia sua concepção de patrimônio ao destacar que ele é um espaço

²³ Maiores informações sobre os bens tombados, assim como seus respectivos decretos, acessar: http://www.funalfa.pjf.mg.gov.br/patrimonio/lista_registro.php

²⁴ CANCLINI, 1994, pág 95.

de conflitos perpassado por três agentes: o Estado, o setor privado e os movimentos sociais. A utilização do patrimônio por agentes privados seria com o exclusivo objetivo econômico.

No caso do concurso, diversos agentes privados se mobilizam em torno do evento, principalmente aqueles ligados aos setores do turismo como hotéis e restaurantes. Esses agentes visam a obter o máximo de lucro possível com o evento ocorrido na cidade e por isso, realizam diversos tipos de investimento para que ele ocorra. No entanto, há de se destacar que muitos empresários brasileiros ainda temem vincular suas marcas a produtos ou eventos gays.

Já ação do Estado é ambígua: ao mesmo tempo em que ele utiliza o patrimônio para a construção da nacionalidade de um determinado país, através de intervenções estatais que visam preservar culturas específicas, esse ator também pode agir visando outros objetivos como utilização de monumentos para a construção de consensos e diluir conflitos.

No caso de Juiz de Fora, o Estado se apresenta como um agente econômico e também percebe como o evento é um atrativo turístico para a cidade, o que acarreta um maior lucro com o *pink money*²⁵:

Em um dos fins de semana de agosto a cidade recebe mais de 10.000 pessoas, que injetam na economia da cidade mais de R\$8 milhões de reais, ocupando 100% da rede hoteleira e aumentando a demanda por muitos produtos e serviços da cidade.²⁶

Os movimentos sociais, por sua vez, buscam interferir na agenda estatal para a defesa dos patrimônios e também para a diminuição das desigualdades criadas devido ao uso do patrimônio como reprodutor de hierarquias. Ter como patrimônio imaterial de uma grande cidade do país um evento gay é de extrema importância para que o movimento LGBT possa amenizar as desigualdades existentes no que se refere à apropriação de bens culturais e à exclusão social de seus indivíduos. Patrimônio intangível torna visíveis questões tabus silenciadas, pela sociedade brasileira.

Uma diferenciação importante estabelecida por Canclini, nos moldes do que Raymond Williams delimitou, é o que é arcaico, residual e emergente no processo social de desenvolvimento do patrimônio. O arcaico poderia ser compreendido como o que pertence ao passado e o é reconhecido assim pela comunidade; o residual se forma

²⁵ Expressão utilizada para se referir ao capital proveniente de indivíduos LGBT.

²⁶ RODRIGUES, 2008.

no passado, mas ainda se encontra em atividade. Por fim, o emergente “designa os novos significados e valores, novas práticas e relações sociais”²⁷.

Essa diferenciação acrescenta nossa análise no sentido de que o concurso Miss Brasil se situaria em uma mistura de residual com emergente: ele se iniciou no passado, há 33 anos, mas atualmente possui um novo significado. O que começou como uma brincadeira entre amigos em um apartamento se tornou um dos maiores eventos gay do país e um dos instrumentos de garantia de visibilidade para a comunidade LGBT como um todo.

²⁷ CANCLINI, 1994, pág 108.

Capítulo 2 – O Concurso Miss Brasil Gay

Apresentarei neste capítulo um breve resumo do histórico do concurso, assim como seu regulamento e principais características. Mostrarei a importância que ele possui para a cidade, importância esta que embasa seu decreto de patrimonialização. Por fim, incitarei uma discussão sobre a relação do Estado com o evento.

O concurso vem sendo realizado na cidade desde o ano de 1976 e teve início como um evento não diretamente relacionado com a identidade LGBT, mas sim como uma paródia, uma brincadeira, em relação ao concurso Miss Brasil onde competiam apenas mulheres.

O surgimento do concurso deu-se para auxiliar uma Escola de Samba da cidade de Juiz de Fora que passava por dificuldades, sendo os primeiros anos do evento marcados por um tom carnavalesco e de transformismo. Desde antes da realização dos concursos, diversos homossexuais de Juiz de Fora, já organizavam em suas casas alguns concursos de pequeno porte. Seu organizador, Chiquinho Mota²⁸, destaca que a partir do concurso que começou a surgir o transformismo no Brasil.

Segundo o regulamento do concurso²⁹, o candidato deve ter vencido na edição estadual em primeiro lugar. Caso ele não compareça, o segundo lugar pode vir a assumir a posição de candidato do Miss Brasil Gay. As etapas estaduais são organizadas pelos “coordenadores de estado” e eles que devem acompanhar os candidatos vencedores na etapa nacional.

O candidato não poderá participar do concurso sem a presença do seu respectivo coordenador. O coordenador que não comparece é suspenso por um ano. Em entrevista realizada com uma das candidatas via programa de mensagem instantânea, ela informou que é o coordenador que fica responsável pelas informações sobre hotel, transporte, agenda, e todas as outras questões logísticas envolvidas no concurso. A organização do evento se responsabiliza pelo pagamento de duas diárias do hotel, assim como de tickets refeição.

²⁸ O cabeleireiro foi um dos quatro ganhadores do “Prêmio Amigos do Patrimônio 2008”, devido a sua iniciativa com o “Concurso Miss Brasil Gay”, assim como Marcelo do Carmo Rodrigues. Fonte: <http://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=17863> Acesso em 12 de setembro de 2009

²⁹ Disponível em: <http://www.missbrasilgay.com/downloads/01.regulamento.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2009

Além do requisito de ser vencedor da etapa estadual, o candidato deve ser cidadão brasileiro ou naturalizado nos últimos doze meses, ser do sexo masculino, ter entre 18 e 35 anos e não possuir nenhum tipo de implante de silicone. A taxa de inscrição é de R\$ 400,00. Um dos itens do regulamento nos chama a atenção e faz com que se possa atentar que há uma forte preocupação por parte dos organizadores do concurso em manter uma boa imagem do evento:

A prática de atos pelo candidato, que, comprovadamente, importem em descrédito ético e moral, do certame, poderá impedir sua inscrição ou importar no seu cancelamento, na hipótese do fato ser posterior a esta.³⁰

No ato da inscrição do concurso o candidato – além de documentos básicos como carteira de identidade e certidão de nascimento – deve apresentar também material jornalístico, iconográfico e entre outros que comprove que venceu a etapa estadual. Deve também apresentar uma foto na “versão masculina” e outra na “versão transformista”, assim como uma descrição do traje típico e do traje de gala. Cada candidato somente pode participar três vezes do concurso.

A banca de jurados é composta de doze a vinte e três membros que darão notas de 1 a 3 para os dois desfiles feitos pelos candidatos: um em traje típico e outro em traje de gala. Presentes na comissão julgadora do ano de 2009 estarão o antropólogo e fundador do Grupo Gay da Bahia Luiz Mott, o ator transformista Safira Bengell, o estilista, Neil Brasil, entre outros artistas e empresários da cidade. Cada candidato tem dois minutos de desfile para cada traje.

Os critérios de avaliação dos trajes dos candidatos são: a) estilo; b) criatividade; c) confecção e acabamento; d) tecidos/ bordados. Os candidatos em si são avaliados pela beleza, elegância, postura e carisma. Os prêmios em 2008 eram de R\$1.000, 00 para o primeiro colocado, R\$ 500, 00 para o segundo e R\$ 300, 00 para o terceiro. Em 2009 eles são de: R\$ 2000,00, R\$ 1000,00 e R\$ 500,00, respectivamente O concurso costumava ter em torno de 6 horas de duração, porém, no último ano de realização do evento contou com apenas quase 3 horas, devido a uma reformulação realizada. O ano de 2009 irá contar com 4 horas de duração.

Entre os desfiles têm-se também diversas apresentações artísticas, com intensa participação do público, com shows desde cômicos até dramáticos, com dublagens de músicas consagradas pelo público gay.

³⁰ *Idem*

O que se tem no Concurso Miss Brasil Gay é a arte do transformismo: homens que se vestem de mulheres com um intuito performático, momentâneo. Durante o dia, esses homens se vestem como homens e agem como homens, ou seja, segundo os padrões estabelecidos de como deve ser esse comportamento. Ao realizarem shows e performances, se utilizam de técnicas de maquiagem, acessórios e vestimentas para atuarem como mulheres, segundo os padrões do que é “ser mulher”.

Analisando páginas pessoais na Internet de diversos transformistas, encontrei a seguinte frase no perfil de um deles e acredito que ela descreva a sua atuação, com o olhar de quem é um transformista: “Ser mulher é... É saber ser super-homem quando o sol nasce... E virar cinderela quando a noite chega”.

Deve-se destacar que na semana em que o concurso ocorre, durante o mês de agosto e excepcionalmente este ano em novembro, outros eventos relacionados ao movimento LGBT também são realizados, sendo denominada a semana de Semana do Orgulho Gay. Tendo sido o evento realizado no sábado, no domingo acontece a Parada do Orgulho Gay de Juiz de Fora levando milhares de pessoas às ruas da cidade, não apenas moradores, mas principalmente turistas. Durante a semana ocorre o chamado Rainbow Fest, com ciclo de palestras e debates sobre a homossexualidade, assim como festas e presença de DJs e artistas convidados.

Uma grande novidade do concurso para o ano de 2009 é o fato de que contará com a presença de 27 candidatas, ou seja, todos os estados da federação terão suas representantes. Isso ocorre pela primeira vez, visto que nas edições anteriores nem sempre era possível completar esse número, seja por custos, distância e até mesmo falta de comunicação com os outros estados. Um aspecto interessante do evento é que para uma candidata ser eleita Miss Gay Rio de Janeiro ou Miss Gay São Paulo, por exemplo, ela não precisa ter nascido ou morado neste estado.

O número de 27 candidatas representaria uma grande vitória para a organização do evento. Segundo Marcelo do Carmo, consultor de administração e marketing:

É uma conquista histórica, conseqüência do trabalho de 33 anos e da visibilidade que o Miss Brasil Gay vem alcançando, resultado do trabalho de uma equipe grande, que há quatro anos divide a organização de evento com o Chiquinho.³¹

A patrimonialização do concurso ocorreu a partir do Decreto do Executivo 09275 / 2007 assinado pelo prefeito de Juiz de Fora, Alberto Bejani, e que considerou:

³¹ Disponível em: <http://www.missbrasilgay.com/> Acesso em 13 de setembro de 2009

I - Que por mais de trinta anos realiza-se em Juiz de Fora o “Concurso Miss Brasil Gay”, movimento cultural que tornou-se uma tradição incorporada à história da cidade; II - Que o “Concurso Miss Brasil Gay”, é um dos maiores eventos na sua modalidade, levando Juiz de Fora a ser conhecida como uma cidade sem preconceitos.³²

De fato, não se pode deixar de considerar que o “Concurso Miss Brasil Gay” é um evento de grande importância que é utilizado para a formação da identidade da cidade de Juiz de Fora, como afirma o próprio decreto ao definir a cidade como sendo sem preconceitos. Juiz de Fora também expressaria através do tombamento sua vocação para o chamado “turismo de eventos”³³.

Um dos argumentos também utilizados para a patrimonialização do evento é a sua perpetuação no tempo, já que é realizado há mais de trinta anos na cidade, assim como sua incorporação à tradição juizforana. Além disso, o evento possui grande importância econômica para a cidade, como afirma um jornal local:

De acordo com dados da organização do Miss Brasil Gay, Juiz de Fora recebe mais de oito mil pessoas anualmente durante a Semana do Orgulho Gay. O número corresponde a mais de R\$ 5 milhões injetados na economia local.³⁴

Nesse sentido, Juiz de Fora se constrói como uma cidade *gay friendly*, ou seja, que proporciona aos seus habitantes e também aos turistas um espaço propício para a manutenção de relações homoafetivas³⁵, sem o sofrimento de diversos tipos de preconceitos. Em 2007, ano de assinatura do decreto, Alberto Bejani afirmou:

Tenho orgulho de dizer a todos que moro na cidade do Miss Gay, que há 31 anos eleva o nome do município nacionalmente como uma cidade democrática e inclusiva, onde impera o respeito às diferenças e às tradições culturais.³⁶

³² Ver Anexo 2

³³ *O Turismo de eventos, é entendido como o deslocamento de pessoas com interesse em participar de eventos focados no enriquecimento técnico, científico ou profissional, cultural incluindo ainda o consumo.* Fonte: Wikipedia Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo_de_eventos Acesso em 13 de setembro de 2009

³⁴ Tribuna de Minas, 10 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/dircom/2008/04/11/11-04-2008/> Acesso em 13 de setembro de 2009

³⁵ Há muitas discussões sobre a utilização do termo homossexualidade ou homoafetividade, porém, não é o objetivo deste breve trabalho relatá-las. Porém, acreditamos que o termo homoafetividade é mais abrangente do que homossexualidade, no sentido que abarca não apenas a experiência sexual e sensorial do relacionamento, mas sim também as emocionais e afetivas, como o próprio termo aponta.

³⁶ Tribuna de Minas, 15 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.cdjlf.com.br/index.php?centro=noticia.php&dados=VGtSWk5RPT0> Acesso em 21 de setembro de 2009

Rodrigues, em sua dissertação³⁷, destaca o tombamento do concurso como patrimônio imaterial e discute as leis que foram produzidas a partir da mobilização causada pelo evento, como a Lei Rosa³⁸ que criminaliza a homofobia e as ações de preconceito e a lei que incluiria o evento no calendário oficial da cidade e que se encontra arquivada. O evento está incluído no calendário de eventos tanto do estado de Minas Gerais (SETUR – Secretaria de Turismo do Estado) quanto do Governo Federal (Ministério do Turismo).

No entanto, o autor irá mostrar que a prefeitura da cidade, a despeito do tombamento, não incentiva o evento de forma oficial, mas apenas extra-oficialmente. A lei arquivada devido a pressões religiosas possibilitaria a inclusão do evento no orçamento do município. Assim:

O que se esperava desse projeto de lei é que os eventos que atendem à comunidade homossexual pudessem receber apoio oficial da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, cessando uma situação que já perdura por vários anos: a ajuda extra-oficial que a Prefeitura sempre deu aos referidos eventos. A extra-oficialidade desse auxílio pode ser caracterizada como forma de preconceito, embora velado. Longe de discussões político-religiosas, o projeto propunha maior transparência no apoio aos eventos. O que, infelizmente, não foi conseguido.³⁹

Será que se pode afirmar que a Prefeitura mantém uma distância pragmática do evento, tombando o como patrimônio imaterial e sendo receptiva aos milhares de turistas que chegam até a cidade, que consomem e se hospedam, mas ao mesmo tempo também evitando conceder investimentos oficiais e não aprovando certas leis, com o intuito de também atender a demandas dos setores religiosos?

Gilberto Velho já havia atentado para as dificuldades dos processos de tombamento, em termos dos conflitos gerados na sociedade e nas árduas negociações ocorridas para a realização dos mesmos. Segundo o autor:

A heterogeneidade da sociedade complexa moderno-contemporânea, manifestada dramaticamente nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas, aponta para as dificuldades e as limitações de uma ação pública responsável pela defesa e pela proteção de um patrimônio cuja escolha e definição implica necessariamente arbítrio e, em algum nível, exercício do poder. Voltamos à velha questão

³⁷ A dissertação Miss Brasil Gay, polêmica na passarela: eventos como instrumento de comunicação alternativa, defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, em Dezembro de 2008, ainda não se encontra disponível. Ela foi gentilmente cedida a mim pelo autor.

³⁸ Lei Municipal nº 9791 de 12 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/leim9791.htm> Acesso em 13 de setembro de 2009

³⁹ RODRIGUES, 2008.

de saber se sempre há vencedores e perdedores, ou seja, em cada caso e situação é preciso estar atento para procurar avaliar os custos e os ganhos das decisões que são tomadas e dos valores que as sustentam.⁴⁰

Se considerarmos que no processo de tombamento há vencedores e perdedores, os primeiros seriam lideranças do movimento LGBT, indivíduos que apóiam a causa, participantes e organizadores do concurso, entre outros. De fato, os grandes perdedores seriam a bancada religiosa da cidade, que se posicionou contra o tombamento e que também exerceu forte atuação no sentido de impedir que o evento entrasse para o calendário oficial da cidade, o que traria grandes benefícios para o concurso.

A mensagem veiculada pelo então prefeito, Alberto Bejani, sobre a patrimonialização do concurso é clara: há uma preocupação fortemente econômica com o fluxo de capitais que o evento traz para a cidade. Além disso, há novamente uma preocupação com a transmissão dessa manifestação cultural para as futuras gerações.

Atualmente, estes eventos trazem a Juiz de Fora cerca de 100 mil pessoas e movimentam R\$ 4 milhões, afetando 52 diferentes setores da economia, dentre hotelaria, comércio, vestuário, etc. Queremos muito mais do que isso. É um dever do prefeito incentivar este grandioso patrimônio de toda a população de Juiz de Fora, levando este legado para as futuras gerações.⁴¹

A mesma preocupação econômica também se encontra presente no discurso do empresariado local. Para o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Vandir Domingos da Silva:

Estamos trabalhando para que o comércio possa vender mais na semana gay, bem como para empenharmos mais uma vez nossa bandeira para o livre comércio em datas como essa, dando liberdade para os trabalhadores de acordo com a demanda, gerando mais emprego e renda para a população.⁴²

Essa movimentação econômica em Juiz de Fora e a percepção dos diversos setores sobre esse segmento turístico não é um caso isolado. O movimento turístico gay tem crescido mundialmente, principalmente nas chamadas cidades *gay friendly*, onde o turista é bem recebido, mesmo em sua condição de indivíduo LGBT. Atualmente, o Rio de Janeiro concorre junto com Buenos Aires (Argentina), Barcelona (Espanha), Londres

⁴⁰ VELHO, 2006

⁴¹ Tribuna de Minas, 15 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.cdjlf.com.br/index.php?centro=noticia.php&dados=VGtSWk5RPT0> Acesso em 21 de setembro de 2009

⁴² *Idem*

(Inglaterra), Montreal (Canadá) e Sidney (Austrália) ao título de “Melhor Destino Gay Global”.⁴³

O turista gay gasta, em média U\$ 250,00 por dia, U\$ 100,00 a mais que o turista heterossexual. Uma das explicações para esse fenômeno é o fato dos gays não terem filhos, o que reduz despesas e amplia as possibilidades de viajarem fora do período de férias e delas serem mais longas.

Se para setores do governo e do comércio um dos grandes benefícios trazidos pelo Concurso e os outros eventos que ocorrem na mesma semana é uma forte movimentação econômica, para setores da sociedade civil veiculados ao movimento LGBT os benefícios são outros. Segundo o então presidente do Movimento Gay de Minas (MGM), Oswaldo Braga, esses eventos seriam uma grande manifestação de “civismo, de respeito aos direitos humanos, à saúde, à cidadania e à inclusão social”.⁴⁴

De certo, pode-se perceber o que traz o turista para a cidade de Juiz de Fora. Mas o que se pode dizer que ele leva quando retorna ao seu lar? Acreditamos que esse turista não busca apenas divertimento e alegria ao se deslocar para a cidade, mas também um processo de reconhecimento em relação aos seus pares.

O concurso, assim como as palestras e a Parada do Orgulho são instrumentos em que se afloram diferentes percepções por parte dos indivíduos que deles participam. Uma delas seria a percepção de que “não se está sozinho no mesmo barco”, “há outros como eu”, e pensamentos semelhantes. Esse processo de reconhecimento é formador das identidades individuais e coletivas, assim como esse espaço é utilizado para a conscientização política sobre essas mesmas identidades.⁴⁵

Em pesquisa realizada por alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no ano de 2007 durante a semana do concurso, pode-se estabelecer um perfil do público que vai para a cidade nesse período:

Segundo a pesquisa, a maior parte do público que visita Juiz de Fora nessa semana é homossexual (82%) masculino (65%), com idade média até 32 (53%) anos. Seu grau de instrução é superior completo (55%), com renda de até sete salários mínimos (37%). Esse público veio em automóvel próprio (50%), com gasto médio/dia de até 500 reais (45%) entre hospedagem, compras (40%) e restaurantes (36%). É composto em sua maioria por turistas dos estados de Minas Gerais (41%),

⁴³ Para votar e conhecer melhor outras categorias acessar: WWW.tripoutgaytravel.com/awards Acesso em 21 de setembro de 2009.

⁴⁴ *Idem*

⁴⁵ PRADO E MACHADO, 2008.

Rio de Janeiro (40%) e São Paulo (12%), mas pode-se constatar a presença de turistas de todas as regiões do país, inclusive do exterior.⁴⁶

⁴⁶ Fonte: RODRIGUES, 2008.

Capítulo 3 – O Concurso e a questão LGBT

O terceiro capítulo se propõe a correlacionar a existência do concurso com o que chamamos de “questão LGBT”. Em primeiro lugar, apresentarei uma discussão sobre o conceito de identidade, assim como de estigma e desvio. Irei detalhar brevemente um histórico do desenvolvimento do movimento LGBT como um todo, assim como do avanço na luta pelos direitos humanos representada pelo programa Brasil Sem Homofobia. Argumentarei que o evento está inserido em um novo momento brasileiro e mundial no que diz respeito a tolerância a indivíduos LGBT.

Marcelo do Carmo Rodrigues destaca que o concurso tem a importância de contribuir para o resgate da auto-estima das participantes, procurando diminuir os números da prostituição homossexual existentes no Brasil. Segundo o autor:

Como um dos mais antigos movimentos organizados pelos homossexuais no Brasil, o evento contribui para a diminuição do preconceito com os homossexuais, por um caminho transversal, que passa pela arte do transformismo, pela elegância, pelo luxo e pela possibilidade de vivenciar o sonho que os concursos de beleza sempre despertaram. O Miss Brasil Gay é evento político que representa a questão da homossexualidade e o direito à cidadania através do espetáculo de arte, dança e teatro.⁴⁷

Não é apenas a identidade da cidade de Juiz de Fora que está sendo construída através desse evento; também a identidade LGBT tem buscado estar vinculada a festas e outras atividades que envolvam o glamour, a diversidade, a alegria e acima de tudo a reivindicação política por maiores direitos.

Mas o que significa afirmar que uma identidade LGBT está sendo construída a partir do evento? Primeiramente deve-se destacar que a sexualidade é um dos elementos constituintes do sujeito. E não se pode deixar de ressaltar que essa mesma sexualidade é perpassada por um processo de construção social, sendo as práticas sexuais possuidoras de significados simbólicos. Esse mesmo processo de construção social, por sua vez, deve ser contextualizado em termos temporais, espaciais, culturais e entre outros contextos.⁴⁸

⁴⁷ *Idem*

⁴⁸ Para maiores detalhes sobre a discussão acerca da identidade, e mais especificamente, da identidade sexual, ver PRADO e MACHADO, 2008. Para uma discussão bibliográfica sobre autores que se detiveram neste assunto ver CARRARA e SIMÕES, 2007.

Em segundo lugar, deve-se mencionar que assumir uma posição social, seja ela de homossexual, heterossexual, e entre tantas outras possíveis, significa estabelecer formas diferenciadas de relações sociais, seja no âmbito do público quanto do privado.

Um terceiro aspecto a ser ressaltado é que ao longo do tempo, a despeito das normatizações sociais, a prática sexual homossexual foi colocada em uma posição inferior, no que se pode chamar de hierarquias sexuais, tendo como consequência o desenvolvimento de inúmeras expressões discriminatórias e preconceituosas em relação a esses indivíduos.

O que quero apontar nesse aspecto é a formação do que se designa como heteronormatividade. O “certo” é ser heterossexual e qualquer prática sexual e afetiva que não seja a heterossexual se insere em prática subalterna no interior de um processo hegemônico.

Outra questão que desejo levantar é a imutabilidade da identidade. Deve-se compreendê-la como um processo, um movimento sempre em curso e não como algo que chegando um determinado momento se estabiliza e se afirma como uma identidade acabada. Além disso, esse processo não é apenas individual, mas também coletivo, gerando consequências tanto a nível psicológico quanto social. As identidades sexuais e suas práticas não são naturais ao ser humano: elas são construídas socialmente ao longo do tempo.

O conceito de identidade, especificamente identidade de indivíduos LGBT que irei assumir neste trabalho é a perspectiva de Prado e Machado:

Falamos em identidades homossexuais envolve não somente as formas e práticas de exercer a sexualidade, mas suas performances públicas, a construção dos direitos e deveres conquistados, os espaços institucionais ofuscados, as formas específicas de opressão e muitas outras questões que sempre estão circunscritas pela forma moral e estética concorrente a determinada posição hegemonia de objetivações sociais de indivíduos, grupos e sociedades.⁴⁹

Para falarmos de identidade dos indivíduos, não se pode deixar de mencionar o estigma que cada um deles carrega. Desenvolvido inicialmente por Erving Goffman, acreditamos que a superação do estigma através de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no concurso é uma das funções que este promove na trajetória pessoal das candidatas.

Para tanto, deve-se primeiramente compreender o que o termo estigma significa e implica. Goffman – um dos principais nomes do interacionismo simbólico -

⁴⁹ PRADO e MACHADO, 2008, pág 17.

compreende que a realidade social se dá a partir da interação entre os indivíduos, assim como elaboração de expectativas normativas em relação a eles. Um indivíduo formula uma concepção sobre as características que ele espera que o outro tenha, formulando uma identidade social virtual sobre ele. O que ele comprova, na realidade, que seja essa identidade é a identidade social real.

A noção de estigma usada pelo autor é a que se refere a um atributo profundamente depreciativo do sujeito. Ele pode se expressar de três formas: uma abominação do corpo, física; uma falha no caráter individual; estigma tribal de raça, nação ou religião. Goffman também irá dividir os possuidores de um estigma em dois blocos: os desacreditados e os desacreditáveis. Os primeiros assumem que sua característica é conhecida por todos, que é visível ou evidente. Os segundos, por sua vez, acreditam que ela não é imediatamente visível ou perceptível. Nesse sentido, os desacreditados terão que lidar com a tensão presente no processo de interação com os outros indivíduos, enquanto os desacreditáveis deverão lidar com a manipulação da informação sobre sua identidade.

Um ponto importante que Goffman destaca é que o estigma não é a expressão de indivíduos concretos, mas um processo social em que em determinada fase da vida ou momento um indivíduo irá exercer o papel de estigmatizado, podendo depois exercer o de normal. Assim:

O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro.⁵⁰

O ponto que quero atingir é que indivíduos LGBT representam constantemente o papel de indivíduos estigmatizados, pois a norma, a expectativa gerada pela sociedade é de que o sujeito deve ser heterossexual. Assim, há uma discrepância entre a identidade social virtual formulada e a identidade social real que se apresenta. Os homossexuais constantemente ilustram a obra de Goffman, assim como prostitutas, doentes mentais, prisioneiros, viciados em drogas e entre tantos outros grupos considerados “desviantes”.

A teoria do desvio também se preocupou em analisar como a sociedade pode colocar às margens do círculo social determinados indivíduos. Goffman também se detém neste ponto, mas é Howard Becker que irá aprofundar essa teoria.

⁵⁰ GOFFMAN, 1978, pág 148.

Para o autor, as regras são feitas por grupos sociais que tentam impor as normas e definem o comportamento “certo” e “errado”. O *outsider* é quem infringe a regra imposta por esses grupos e ele pode avaliar que quem o julga que é outsider. Assim, um homossexual pode considerar que ele não é o desviante, mas sim a sociedade heterossexual que impõem a heteronormatividade:

No extremo, alguns desviantes (homossexuais e viciados em drogas são bons exemplos) desenvolvem ideologias completas para explicar por que estão certos e por que os que os desaprovam e punem estão errados.⁵¹

O autor interessa-se pelas regras operantes efetivas, as que são mantidas vivas por tentativa de oposição. Becker não se interessa pelos motivos que levam alguém a cometer um desvio, mas sim por aqueles que elaboram as regras. Esses estão divididos em diferentes grupos cujas regras podem concordar ou serem conflitantes. É difícil encontrar consenso sobre os comportamentos.

Quem cria o desvio é a sociedade, os grupos que dela fazem parte. Assim, o desvio não é uma qualidade do *outsider* ou do seu ato, mas consequência das regras elaboradas e impostas. Não se pode homogeneizar os outsiders. Eles possuem em comum a experiência do rótulo. A classificação do ato em desviante ou não dependerá da reação a ele. Essa reação varia ao longo do tempo, de quem o comete e quem se sente prejudicado com ele. As regras podem ser impostas ou não também dependendo das consequências do ato desviante. Assim, Becker destaca o aspecto interacionista do desvio.

Um dos argumentos principais que irei defender aqui é a de que a reação ao homossexualismo e a outras práticas sexuais e afetivas que não sejam a heterossexual tem se transformado ao longo do tempo. Norbert Elias desenvolveu a idéia de que não há uma linha evolutiva certa a ser seguida por todas as sociedades. Estas, por sua vez, passam por transformações sociais curvilíneas, não necessariamente seguindo uma direção a um melhor estado. Diferentes padrões comportamentais são desenvolvidos ao longo do tempo, assim como as reações a diferentes atitudes. Assim, se antes o hábito de escarrar à mesa era tolerado, com o desenvolvimento de um novo padrão, de uma nova norma, indivíduos que o cometessem começaram a ser vistos com maus olhos perante a sociedade.

⁵¹ BECKER, 2008, pág 16.

O que aponto é que a tolerância ao homossexualismo também percorreu diferentes momentos. Na Grécia Antiga, o relacionamento entre um homem acima dos 30 anos com um adolescente entre 14 e 16 era vista como bela e aceita socialmente. Com o advento do cristianismo, a relação homossexual passa a ser compreendida como um pecado diante dos olhos de Deus.⁵² Principalmente a partir da década de 60 e 70, com os movimentos culturais, políticos e a favor da liberação sexual, inicia-se um longo processo que visa a uma maior aceitação da prática.

A origem do movimento LGBT no Brasil se dá com a criação do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), em 1978, em plena ditadura militar. Segundo o documento do grupo, ele “surgiu da necessidade da maior conscientização individual e social da questão sexual”⁵³. Inicialmente restrito a gays, o movimento expande sua sigla englobando lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, a partir de 1999. Em 1980 é realizado o I Encontro Brasileiro de Homossexuais, com a participação do SOMOS, que também sediou a formação do grupo lésbico Ação Lésbico-Feminista (GALF). Em 1981 deveria ser realizado o II Encontro, mas devido a atritos entre os membros dos diferentes grupos foram realizados apenas dois encontros regionais, um no Nordeste e o outro em São Paulo.

Já em 1987, durante os debates da Assembléia Constituinte, João Antonio Mascarenhas, militante do movimento LGBT, tentou incluir na Constituição a proibição de discriminação por orientação sexual, no entanto, a proposta foi vetada. “Em 1993, quando da realização do 7º Encontro Nacional de Lésbicas e Homossexuais se constatou que existem aproximadamente 43 grupos atuando no país, destes 19 estiveram presentes no encontro.”⁵⁴ Em 1999 foi criado o Disque defesa Homossexual (DDH) na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, que visava não apenas prevenir crimes contra homossexuais, mas também atender às vítimas.

Em entrevista que nos foi concedida no dia 19 de junho, James Green⁵⁵ traçou um breve panorama sobre o movimento homossexual no Brasil:

⁵² Ver DOVER, 1978.

⁵³ Fonte: http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_somos/website-ael_somos_img2.htm, Arquivo Edgard Leuenroth

⁵⁴ Fonte: http://www.pstu.org.br/secretaria_glbtprograma01.asp

⁵⁵ James Green é professor associado de História e Estudos Brasileiros do departamento de História da Brown University. É especialista em estudos da homocultura brasileira. Seu livro mais conhecido - Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX - recebeu três prêmios: o Hubert

Quando a Constituinte cobrou essa [questão] na verdade o movimento estava muito fraco, que tinha um primeiro momento do movimento que é de 78 até 83 onde surgiu o jornal Lampião, os primeiros grupos, primeiro encontro nacional, uma série de questões organizativas importantes e depois houve um certo declínio do movimento e sobrou poucos grupos, um, os dois grupos que eram mais fortes era um grupo, o triangulo rosa, aqui que basicamente tinha uma pessoa que dirigia esse grupo, tinha 6, 7 pessoas no grupo dele mas era Antonio Mascarenhas e ele hoje é um advogado aposentado e tinha uma compreensão de fazer política, então ele pressionava a bancada que apoiou essa questão na Constituinte, e Luis Mott, do Grupo Gay da Bahia que também é fundamental.

A questão da AIDS na década de 90 foi fundamental para o recrudescimento do movimento homossexual, mas também para a sua renovação. Muitos grupos perderam influência diante da chamada “peste gay”, mas também campanhas de mobilização e prevenção da doença fizeram com que outros pudessem surgir com grande destaque no cenário nacional. Segundo Green:

[O] Começo dos anos 90 é uma combinação de uma resposta cada vez mais profunda à AIDS, e uma compreensão dos ativistas, dos grupos que não tinham muitos recursos financeiros, que não tinha capacidade de ter nenhuma sede, nenhum local pra se reunir, sempre era uma marginalização em termos de eles perceberem que fazer um trabalho sobre prevenção de AIDS podia facilitar as possibilidades de um apoio financeiro, que podia criar uma infra-estrutura dos grupos então começam a sacar que fazendo projetos para Ministério da Saúde pra prevenção de AIDS criava recursos que podiam ser utilizados também para essa conscientização.

Em 1995, foi realizado no Rio de Janeiro o I Congresso da Associação Internacional de Lésbicas e Gays (ILGA), o qual foi finalizado com a realização de uma passeata pela Avenida Atlântica. Acontecia então a I Parada do Orgulho fluminense e nacional. As Paradas foram grande marcos para que as ONGS e outras organizações do movimento homossexual ganhassem expressão. O Grupo Arco Íris, do Rio de Janeiro, fundado em 1993, assim como as Paradas durante a década de 90, teve momento de grande expansão de sua influência. No ano seguinte ocorreu a I Parada do Orgulho de São Paulo, que devido a grande dimensão que tomou, deu origem a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Percebe-se então como uma festa de caráter popular pode ter grande influência política, formando grupos da sociedade civil organizada que reivindicam os direitos LGBT. A I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais realizada este ano foi uma resposta a essa crescente demanda da sociedade, expressa através de ONGs e associações. 60% dos

Herring do Conselho de Estudos Latino-Americano na Costa do Pacífico (1999), de Literatura Lambda da Fundação Paul Monette-Roger Horwitz (2000) e o Prêmio Literário de Cidadania em Respeito à Diversidade em [São Paulo](#) (2001).

participantes da Conferência são provenientes da sociedade civil e 40% de órgãos governamentais.⁵⁶

Segundo Green durante a entrevista, há 20 anos Lula afirmou que não havia homossexuais dentro da classe trabalhadora. Este ano, ao participar da Conferência e apoiar explicitamente o programa Brasil Sem Homofobia, ele diz compreender o que é ser marginalizado, devido a sua origem social e regional⁵⁷. Segundo o Presidente: “O mundo seria mais alegre se fôssemos menos rígidos com os tabus colocados no caminho ao longo da história.” E ainda: Quando se trata de preconceito, eu conheço nas minhas entranhas (...). Talvez seja a doença mais perversa impregnada na cabeça do ser humano “⁵⁸. Essa mudança na trajetória do pensamento de Lula representa um avanço da sociedade brasileira no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade sexual.

No contexto internacional, pode-se perceber o quanto são recentes os avanços da luta contra a homofobia. Apenas em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que a homossexualidade não era uma doença ou transtorno mental. O dia ficou marcado como Dia Internacional de Combate à Homofobia. No entanto, a homofobia ainda é um marco em muitos países, que consideram o ato sexual como indo contra a natureza humana, em que em muitos casos os homossexuais devem ser presos ou pagar multas altíssimas.

O Parlamento Europeu, por sua vez, apresentou grande avanço em 18 de janeiro de 2006 quando declarou que: “1. Condena firmemente qualquer discriminação em razão da orientação sexual; 2. Convida os Estados-Membros a assegurarem por que as pessoas LGBT sejam protegidas dos discursos de ódio e da violência homofóbica e que os parceiros do mesmo sexo gozem do mesmo respeito, da mesma dignidade e da mesma proteção que o resto da sociedade.”⁵⁹

Em 2004 foi lançado o programa do governo federal *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual*, que envolve os diversos ministérios e secretarias do governo, assim como a sociedade civil organizada, principalmente as organizações não-governamentais e o meio acadêmico. A realização da I Conferência Nacional de Gays,

⁵⁶ Fonte: http://www.ggb.org.br/mott_conferencia_gay.html

⁵⁸ Fonte: http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac184739,0.htm

⁵⁹ Fonte: http://www.abglt.org.br/docs/parlamento_europeu_2304.zip

Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi uma das diversas consequências do programa.

Uma das principais considerações feitas pelo programa, que possui o discurso da homossexualidade não vista como uma doença é a de que “Essa idéia de desvio moral ou anomalia social priva essas pessoas dos direitos de ir e vir, da liberdade de expressão e associação, do livre desenvolvimento da personalidade, da autonomia e dignidade, além de comprometer os direitos sociais à saúde, ao trabalho, à educação, ao emprego, ao lazer, e à segurança privada e pública.”⁶⁰ A homofobia é compreendida como um fenômeno limitador do acesso dos indivíduos GLBT à plena cidadania, o que compromete o Estado democrático de direito brasileiro.

O programa se insere dentro de uma preocupação do governo federal em tratar os direitos humanos como uma política de Estado. O primeiro passo dado foi a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos em 2003, logo sendo seguida pela criação do programa. Recentemente, no Dia Internacional contra a Homofobia, 17 de maio, foi criado o Conselho Estadual LGBT, no estado do Rio de Janeiro.

O nosso argumento é o de que a patrimonialização do Concurso Miss Brasil Gay está inserido em um novo momento político e social não só brasileiro como também internacional de preocupação com a questão da homofobia. A homofobia pode ser compreendida como uma aversão ao homo, ou seja, a quem realiza práticas sexuais e afetivas com pessoas do mesmo sexo.

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo⁶¹ em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung o entrevistado era questionado se concordava fortemente, concordava em parte, discordava em parte ou discordava totalmente acerca de determinadas frases, como por exemplo: “A homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada” e “Um casal de pessoas do mesmo sexo pode viver um amor tão bonito quanto o de um casal de pessoas do sexo oposto”. Analisadas as respostas dos entrevistados, foi elaborada uma escala para se medir o preconceito da população brasileira em relação a indivíduos LGBT, em que o entrevistado que respondesse que concordava fortemente com a primeira frase recebia dois pontos e o que discordasse totalmente não receberia nenhum ponto. Foram 22 perguntas feitas, com 26 variáveis e

⁶⁰ Fonte: <http://www.mj.gov.br/sedh/co/glb/texbaglbt.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2009

⁶¹ Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1768> Acesso em 16 de setembro de 2009

os resultados são impressionantes: apenas 1% da população não manifesta nenhum tipo de preconceito em relação a gays, lésbicas, bissexuais ou transexuais⁶².

Pesquisa realizada pela ONG Conexão G, localizada no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, denuncia que a prática do assassinato e tortura de homossexuais e travestis, assim como o estupro de lésbicas é recorrente em favelas, tanto dominadas por traficantes quanto por milicianos. Segundo o presidente da ONG, Gilmar Santos:

A opressão contra os homossexuais nas favelas vem aumentando a cada dia. Nas pesquisas de campo a gente descobre que a maioria dos casos não é registrada. E, mesmo quando as vítimas resolvem procurar a polícia, muitos preferem não revelar sua orientação sexual por temer mais violência.⁶³

O Grupo Gay da Bahia (GGB) informa que o número de assassinatos de homossexuais cresceu 55% no País entre 2007 e 2008, quando foram identificados 190 casos, média de mais de um a cada dois dias. Doze deles no Rio.

Entre 1980 e 2006, 2745 integrantes da comunidade GLBT foram assassinados no Brasil devido a sua orientação sexual⁶⁴. De fato, não apenas agressões letais se inserem dentro do conceito de homofobia. Este, por sua vez, sofre diversas discussões acerca de sua abrangência. Rogério Junqueira destaca que:

O termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas.⁶⁵

O autor também afirma que há uma luta entre diferentes discursos, principalmente entre os que afirmam que a homossexualidade seria uma doença e entre os que dizem que a doença seria a homofobia. Em palestra proferida na abertura do curso Diversidade Sexual na Escola, no IFCS, no dia 12 de junho de 2008, como representante do Ministério da Educação, ele ainda afirmou que a cada 3 dias, uma pessoa morre devido a motivos homofóbicos⁶⁶.

⁶² Ver anexos, figura 3.

⁶³ Disponível em: <http://www.mundomais.com.br/exibemateria2.php?idmateria=815> Acesso em 21 de setembro de 2009.

⁶⁴ Fonte: <http://www.mj.gov.br/sedh/co/glb/texbaglbt.pdf> Acesso em 21 de setembro de 2009

⁶⁵ JUNQUEIRA, 2007.

⁶⁶ A mesma informação também se encontra no texto base da Conferência.

São evidentes os contrastes existentes no Brasil: considerado o país mais homofóbico do mundo, e ao mesmo tempo tendo uma cidade concorrendo a ser eleita o melhor destino gay. O ponto é que a despeito da grande violência ainda existente no país em relação a esses indivíduos, há também um maior movimento que busca solucionar esse mal social. O Concurso Miss Brasil, que traz alegria, luxo e glamour à cidade de Juiz de Fora é mais um dos instrumentos que buscam a diminuição do preconceito tão enraizado em nossa sociedade.

Essas questões também não devem ser ingênuas: quais os pontos negativos que o concurso pode trazer aos seus participantes? Em que medida pode-se dizer que o Brasil é realmente o país mais homofóbico do mundo: os dados de assassinatos a indivíduos LGBTs são suficientes para se fazer essa afirmação? O Concurso Miss Brasil Gay resgata a auto-estima dos participantes ou os enquadram em estereótipos do que seria a beleza feminina ideal? O evento traz harmonia para os seus participantes ou também é perpassado por conflitos? Por fim: o Concurso Miss Brasil Gay é um fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos?

Considerações finais

Ao concluir este trabalho pude perceber que um extenso programa de pesquisa era possível de ser elaborado a partir das observações que pude fazer sobre o Concurso Miss Brasil Gay. Talvez muitos estudiosos do campo *queer* já estejam se debruçando sobre o concurso e isso não esteja sendo divulgado ou ainda não tomei conhecimento. Mas o que acredito que realmente aconteça é que pouco se sabe sobre a existência deste grande evento na cidade de Juiz de Fora.

Minhas intenções iniciais eram realmente dar corpo e vida a este evento, principalmente dentro do meio acadêmico onde é praticamente desconhecido, principalmente o fato de ser tombado como patrimônio imaterial da cidade. Com frequência, percebi olhares de surpresa ao revelar a acadêmicos e estudantes qual era o objeto da minha monografia.

Nesse sentido, percebo que pesquisas que busquem desvendar esse evento devem começar do marco zero, descrevendo o que é, como acontece, qual o seu histórico. Entrevistas com participantes, jurados e organizadores que estiveram presente ao longo dessas mais de três décadas são essenciais. Pesquisas em jornais locais também são interessantes para compor este quadro, mas já destaco que uma mostra dessas reportagens já pode ser vista na dissertação de Marcelo do Carmo.

O acompanhamento da trajetória de vencedoras do concurso e/ou outras participantes pode vir a destacar a importância do evento em suas vidas ou a não importância: algo mudou? Se algo mudou, foi para melhor ou para pior em suas vidas? Elas participariam novamente do concurso? Elas conseguiram atingir os objetivos que possuíam ao preencherem suas fichas de inscrições? O que está por trás do sonho de ser eleita Miss Brasil Gay?

Do ponto de vista das políticas patrimoniais no Brasil, o que significa um evento com a marca LGBT ser tombado como patrimônio imaterial? Qual avanço – e se é um avanço – isso significa? Se outros tipos de objetos, artefatos e expressões estão recebendo mais atenção por parte da sociedade, isso expressa alguma alteração também em seu seio?

Se tratando da cidade de Juiz de Fora, o que o evento representa? Alguma alteração pode ser percebida após o tombamento? Este foi dado com ou sem conflitos? A hipótese é de que setores da sociedade juizforana – principalmente religiosos – da

mesma forma que se opuseram a incluir o evento no calendário municipal da cidade também possam ter se oposto ao tombamento. Como isso se deu? Quais são os discursos contra e a favor a preservação do Concurso Miss Brasil Gay?

Olhando para o ponto de vista do movimento LGBT como um todo, com suas inúmeras ONGs, qual a percepção que eles possuem sobre o concurso? O MGM (Movimento Gay de Minas) ⁶⁷ apóia claramente o evento, e organiza o Rainbow Fest que ocorre na mesma semana, mas isso é uma unanimidade? Todas as ONGs acreditam que o concurso traz benefícios não só para os seus participantes como para o movimento como um todo?

O que movimentou esse trabalho de conclusão de curso, em seu início, eram as inúmeras perguntas que eu possuía sobre o concurso e a ansiedade de encontrar as respostas. Ao final, percebo que encontrei mais milhares de perguntas. E sem me encontrar em estado de desânimo, motivo-me cada vez mais a compreender melhor não apenas o que se passa com a comunidade LGBT na cidade de Juiz de Fora, mas sim com o movimento em prol dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais ou qualquer atitude que tenha como fim trazer mais liberdade e respeito para esses indivíduos.

⁶⁷ Para maiores informações sobre a ONG acessar <http://www.mgm.org.br/portal/>

Referências Bibliográficas

- BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CANCLINI, Nestor G. “O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 23, 1994.
- CARRARA, Sérgio; SIMOES, Júlio Assis. *Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira*. Cad. Pagu, Campinas, n. 28, June 2007 .
- CASTRO, Celso. *Antropologia Cultural – Franz Boas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- COSTA, Marli Lopes da e CASTRO, Ricardo Vieiralves de. *Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?*. Estud. psicol. (Natal) [online]. 2008, vol.13, n.2, pp. 125-131.
- DOVER, Kenneth J. *A homossexualidade na Grécia antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1978.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.2v.
- FUNARI, Pedro Paulo, SANDRA, Pelegrini. *O que é patrimônio cultural imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GREEN, James N. *Beyond Carnival: Male homosexuality in twentieth-century Brazil*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed Centauro, 2004.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. Revista Bagoas, V.1, n.1, jul./dez. 2007.
- KULICK, Don. (2008). *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sergio; AGUIÃO, Silvia (orgs). *Sexualidade e comportamento sexual no Brasil: dados e pesquisas*. Rio de Janeiro: CEPESC-UERJ, 2005.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PELEGRINI, Sandra C. A.. *A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade*. História, Franca, v. 27, n. 2, 2008
- PRADO, Marco Aurélio Máximo, MACHADO, Frederico Viana. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- RODRIGUES, Marcelo Carmo. *Miss Brasil Gay – Juiz de Fora/MG: A representação midiática de um dos maiores eventos gays do país*. Apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007

_____. *Miss Brasil Gay, polêmica na passarela: eventos como instrumento de comunicação alternativa*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.
- TREVISAN, João Silvério(2002). *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. Mana, rio de janeiro, v 12 no1, p 237-248, abril de 2006.

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

Anexos

Anexo 1 – Imagens do concurso



Figura 1 - Imagem da vencedora do concurso realizado em 2008, ao ser coroada
Fonte: RODRIGUES, 2008

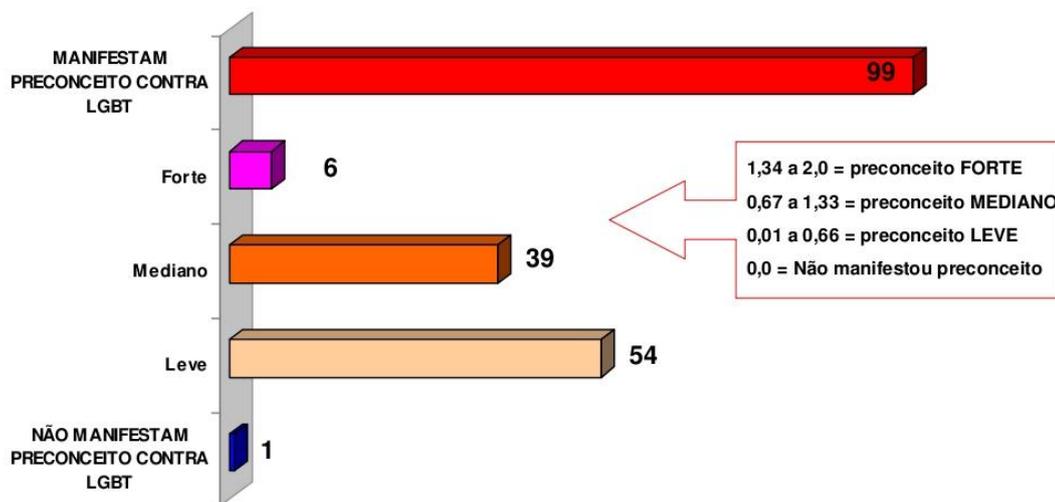


Figura 2 - Imagem da vencedora durante o desfile de traje típico

Fonte:

<http://www.orkut.com.br/Main#AlbumZoom?uid=10734609945416085568&pid=1220536338679&aid=1220510946&pid=1220536338679>

Base: Total das Amostras A+B



* Escala construída a partir das respostas a 22 perguntas (26 variáveis).

Figura 3 – Gráfico apresentado em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung

Anexo 2 – Decreto que patrimonializou o Concurso Miss Brasil Gay

DECRETO Nº 9275 – de 14 de agosto de 2007.

Dispõe sobre o registro do bem que menciona.

O PREFEITO DE JUIZ DE FORA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 2º e o art. 29 e demais disposições da Lei Municipal nº 10.777, de 15 de julho de 2004, em consonância com o disposto nos incisos I e IX do art. 30 e § 1º do art. 216 da Constituição Federal e considerando:

- I - que por mais de trinta anos realiza-se em Juiz de Fora o “Concurso Miss Brasil Gay”, movimento cultural que tornou-se uma tradição incorporada à história da cidade;
- II - que o “Concurso Miss Brasil Gay”, é um dos maiores eventos na sua modalidade, levando Juiz de Fora a ser conhecida como uma cidade sem preconceitos;
- III - os termos e a documentação constantes do Processo Administrativo PJJ nº3780/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica registrado, nos termos do Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000 e da Lei nº 10.777, de 15 de julho de 2004, o “Concurso Miss Brasil Gay”.

Art. 2º Fica autorizada a inscrição no “Livro de Registro”, observando-se o que prescreve o presente Decreto e os expedientes constantes do Processo Administrativo nº 3780/2007.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Juiz de Fora, 14 de agosto de 2007.

a) ALBERTO BEJANI - Prefeito de Juiz de Fora.

a) RENATO GARCIA - Secretário de Administração e Recursos Humanos.

Fonte: http://www.pjf.mg.gov.br/atos_gov/070815.html